

Atraso de juros reduz o crédito de curto prazo

18 MAI 1990

JORNAL DA TARDE

O atraso no pagamento dos juros da dívida externa, da ordem de US\$ 5,3 bilhões, e a decisão do governo de prolongar as conversas com os bancos credores antes de um novo acordo estão causando a perda das linhas de crédito internacional de curto prazo, principalmente para o comércio. Essas linhas, de US\$ 15 bilhões, conforme o acordo de renegociação firmado em 1988, já teriam sido reduzidas para algo entre US\$ 1 bilhão e US\$ 4 bilhões, segundo dirigentes de bancos estrangeiros.

Além da diminuição do montante dos créditos, o Brasil está pagando juros mais elevados. De cerca de 1,25% a 1,5% acima da Libor, em 1989, os juros atingem agora até 2,5% a 3% ao ano, estima-se no mercado. Uma diferença de 1% sobre um montante de US\$ 14 bilhões, por hipótese, representaria mais US\$ 140 milhões de juros anuais. Os prazos também estão mais curtos: em vez de seis meses, as operações têm ocorrido entre 30 e 60 dias, hipótese em que

os juros seriam normalmente menores.

Os empréstimos de curto prazo são o filé mignon dos créditos bancários, porque o risco é muito baixo. Em operações de exportação, o banco adianta o dinheiro no Brasil para o exportador e recebe lá fora dos compradores, nos países importadores. Agora, porém, instituições que tradicionalmente financiavam o comércio brasileiro estão saindo, como o First Chicago, que vendeu suas linhas para o Itaú, reduzindo em US\$ 100 milhões o chamado **risco Brasil**.

Não é de hoje que os bancos estrangeiros estão se afastando do País. Dos 261 credores de 1988, hoje o número estaria em 180 ou 200, conforme as várias estimativas. Mesmo com a redução, seria impossível discutir individualmente com cada um, como se imaginou ante o fato de a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, ter dialogado individualmente com os principais credores norte-americanos, esta semana

em Nova York, observa um especialista brasileiro em dívida externa.

Reclamando do Brasil, os grandes credores "estão deixando a bola em sua própria área, dando ao nosso governo em condições de fazer o gol" — raciocina o especialista. Para isso, bastaria fazer um novo acordo com o Fundo Monetário, colocar a opinião pública norte-americana a nosso favor e seguir o caminho já percorrido por países como o México, Filipinas, Colômbia, Marrocos — ou seja, manter a negociação com o comitê assessor de bancos privados.

Por enquanto, porém, o mais provável é que mais bancos saiam do acordo até maio de 1991, quando expira a renegociação fechada em 88. Mas o quadro não chega a ser desesperador. "Alguns bancos reduzem as linhas, enquanto outros aumentam, porque é bom negócio" — afirma Igor Cornelsen, representante no Brasil do Chartered West L.D.Ltd.

Fábio Pahim Jr.